

PROPINA NA CÂMARA

Ações em tramitação mostram que as mesmas pessoas estão por trás da criação de condomínios. Os laranjas são usados como testemunhas ou encarregados de cobrar prestações, ajuizar ações de manutenção de posse e registrar a propriedade

todos vendidos. O empreendedor oficial se chama Maurício Orosco, mas ele nega o título. "Não tenho mais nada a ver com isso", limitou-se a dizer.

Em fevereiro de 1999, uma equipe do Sistema Integrado de Vigilância do Solo (Siv-Solo), chefiada pelo soldado PM Ananias Lobo Nascimento, foi ao local e encontrou lá, ocupando uma cabine de vigia, uma pessoa identificada como Alci Antonio Picoloto.

Picoloto foi apontado, em um inquérito instaurado na 10^aDP (Lago Sul), como envolvido na tentativa de parcelamento do Mansões do Lago — o mesmo condomínio atribuído aos Passos pelo MP. Mas essa não é a única ligação de Picoloto com o grupo.

O nome dele aparece em uma ação movida por um ex-funcionário dos Passos, Sebastião Falcão Trindade, contra o GDF. No processo, Trindade pede R\$ 400 milhões de indenização por uma área, em Sobradinho, ocupada pela Caesb há quase 30 anos. Ele afirma que o terreno é dele, mas os documentos que embasariam a propriedade foram considerados falsos por peritos do Instituto de Criminalística da Polícia Civil. Na ação, Picoloto também aparece como "ocupante de um barraco na área". A presença dele tem o objetivo de comprovar a posse de Trindade sobre o terreno.

Picoloto, ainda por cima, é autor de ações judiciais de cobrança de prestações de lotes no condomínio RK, em Sobradinho — que, segundo o Ministério Público e a CPI da Grilagem, pertence aos Passos. Ele também foi testemunha de defesa do topógrafo Vinícius Jadiske Tasso no processo em que este e os Passos foram condenados por parcelamento irregular do solo devido à implantação do condomínio Estância Quintas da Alvorada, no Lago Sul.

Todas essas informações constam de processos judiciais, públicos, aos quais o Correio teve acesso.

Leis ajudam o mesmo grupo

Os processos judiciais em tramitação nas diversas varas do Tribunal de Justiça do DF são as melhores pistas para entender quem está por trás dos condomínios.

Em muitos processos, os verdadeiros empreendedores se escondem atrás de *laranjas* (testas-de-ferro). Quando se faz o cruzamento de processos relativos aos quatro condomínios beneficiados pela Câmara Legislativa, alguns nomes aparecem diversas vezes.

Alci Antonio Picoloto é um deles. Mas existem outros. O nome de Riquelme Londe Alves, por exemplo, pode ser encontrado em uma análise mais cuidadosa das origens dos condomínios Mansões Alvorada e Privê Morada Sul Etapa C — os outros dois loteamentos beneficiados pelos distritais.

Riquelme foi síndico do condomínio RK, em Sobradinho, empreendimento atribuído aos Passos. Ele consta também como testemunha de Picoloto — o mesmo que aparece no Belo Horizonte e no Mansões do Lago — em um processo cível que trata da venda de um lote no RK. Aparece, ainda, em atas do condomínio Belo Horizonte, como secretário e síndico.

As ligações dele com os Passos vão além. Assim como Picoloto, Riquelme é testemunha de defesa de Vinícius Jadiske Tasso, dessa vez em um processo penal relativo ao condomínio RK, em tramitação no Fórum de Sobradinho. Vinícius também teve prisão ordenada pela Justiça na última quarta-feira.

Pois bem, esse mesmo Riquelme consta como comprador oficial de uma área de 292 hectares, no Lago Sul, propriedade embasada em uma escritura considerada falsa por peritos do Insti-

Wanderlei Pozzembom 15.8.02



CONSTRUÇÃO DA 3^a PONTE DO LAGO SUL VALORIZOU ÁREA PRÓXIMA À BARRAGEM DO PARANOÁ, ONDE FICAM OS QUATRO CONDOMÍNIOS

tuto de Criminalística. Essa terra é justamente onde se pretende implantar o condomínio Privê Morada Sul Etapa C.

Riquelme teria adquirido os direitos hereditários provenientes de Cassiano Balbino Rodrigues, um homem que vivia na região onde seria o Lago Sul no início do século passado. Mas a escritura através da qual Cassiano teria adquirido a área, em 1921, foi apontada como falsa pelo Instituto de Criminalística.

Isso não impediu que Riquelme vendesse o terreno, em 1998, para o comerciante Evaldo Fernandes da Silva, que tentou registrar a propriedade no cartório do 2º Ofício de Imóveis de Brasília. A tabeliã Léa Portugal estranhou que alguém quisesse registrar uma venda ocorrida 77 anos antes — sem que ninguém, nesse período, tivesse sido informado do negócio. Ela se recusou a fazer o registro e o caso virou um processo em tramitação na

Vara de Registros Públicos.

Nesse processo, Evaldo é defendido pelo advogado Flávio Alves Cardoso. O Correio tentou entrar em contato com o advogado por meio do número de telefone que consta nos autos. O número pertence ao escritório de outro advogado, Francisco Campos Amaral, irmão de André Campos Amaral, advogado dos Passos em várias ações. Os dois advogados não retornaram as ligações do Correio.

Evaldo, portanto, se diz dono da área onde se pretende implantar o condomínio Privê Morada Sul Etapa C. Este loteamento seria uma extensão do Privê Morada Sul, já existente nas imediações. Mas o empreendedor do Privê original, Carlos Alberto do Nascimento, nega a ligação. Em dezembro de 2001, em depoimento ao Ministério Público, ele disse que a Etapa C não tinha nada a ver com o loteamento dele. "As pessoas que deram

início a esse parcelamento (Etapa C) foram os grileiros da família Passos e Vinícius Jadiske Tasso", disse.

O Privê Etapa C e o Belo Horizonte já foram defendidos na Justiça pelo mesmo advogado, Mário Gilberto de Oliveira. Ele defende ainda Evaldo em uma ação em que este disputa a área do condomínio com a Terracap — o mesmo terreno que tem origem em documentos considerados falsos. O advogado afirma desconhecer o envolvimento dos Passos nos dois condomínios. "Eu conheço os Passos, mas não tenho relação contratual nem trabalhista com eles", disse.

LEIA AMANHÃ

MAIS DENÚNCIAS DE MANOBRA PARA BENEFICIAR GRILAGEM